

CAPÍTULO 29

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM COMPARATIVO SOBRE O QUE DEFENDE A LDB COM A REALIDADE DA PRÁTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Camilly Lins da Silva
Edilene Gomes Pacheco da Silva
Natália Maria da Silva

RESUMO

A lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96 deixa claro em sua redação a integração ou inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, entretanto, a realidade da prática educacional depara-se com inúmeras situações e conflitos que, muitas vezes, dificultam ou impedem a garantia desses direitos. Frente a isto, o presente artigo objetiva examinar a educação inclusiva como um direito social fundamental que deve ser protegido da mesma forma que os demais, demonstrando que, apesar das políticas públicas em expansão nos últimos anos nessa área, ainda não parece ser suficiente, o que requer mais pesquisas, bem como fazendo uma comparação com o que a LDB define e de que forma é defendido em lei, na prática no cenário educacional brasileiro. O artigo desenvolvido utilizou como referencial teórico Ferreira (2003), Glat (2003), Pletsch (2009), Barbosa (2018) e Beyer (2003) por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. A análise sobre esse tema possibilitou enfatizar que a inclusão escolar não é um processo rápido, automático e sim um processo lento e gradativo, que requer investimentos em materiais de cunho didático pedagógico, disponibilização de espaços adequados e formação de professores para o efetivo exercício da prática docente na educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Equidade. Inclusão. LDB.

1. INTRODUÇÃO

Analisar documentos e leis que regem a educação bem como todo o sistema educativo no Brasil é de extrema importância, para compreender e observar a linha tênue que está entre a teoria e a prática destas leis em todo âmbito escolar. Ao fazer tal análise e conseguir captar o que rege a LDB em relação a diversos tópicos e problemáticas fica mais nítida a percepção do cenário educacional vigente que, por diversos fatores, ainda se encontra em déficit, especificamente em relação a educação inclusiva, que é o objeto desta pesquisa.

O tema educação inclusiva, é um dos muitos que se tem discutido quando se trata de problemáticas no âmbito educacional, ressaltando que é um grande desafio buscar incluir todas as pessoas com deficiência e os excluídos por gênero e cor. A adaptação das escolas de ensino básico que possa atender a todas as crianças, bem como, um ambiente escolar preparado para atender a necessidade de todos em suas particularidades, ainda é um caminho muito longo a se trilhar para colocar em prática o que as leis, em específico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) LDB define em prol da mudança desse cenário na prática inclusiva.

O dia 14 de abril, data destinada a essa grande luta em busca da inclusão e não a segregação, é mais uma amostra do empenho que visa a garantia desse direito básico para todos na educação, onde o que se espera é que a desigualdade não seja predominante e que haja a melhoria nos processos educativos com o apoio das políticas públicas. Embora que, apesar das limitações impostas à educação inclusiva, ela é uma inovação educacional com saberes grandiosos na atualidade, onde vem aprimorar professores, coordenação a novas metodologias e técnicas de ensino, ou seja, uma mudança em todo sistema educacional e a todos os envolvidos.

Pensar sobre a educação inclusiva é visar uma educação extremamente distinta da expressa no âmbito escolar. Muitas instituições ainda precisam avançar e muito ao que se diz respeito a uma educação de qualidade, isto porque, há a presença de diversos fatores que corroboram para esse atraso no avanço em prol da melhoria de ensino, estrutura etc. Um desses fatores é a falta de investimentos governamentais para tais instituições. A parte estrutural das escolas é um ponto imprescindível a ser tratado, visto que, muitos alunos com deficiências físicas sofrem com a falta de uma boa infraestrutura em seu ambiente escolar, afetando não somente a sua aprendizagem, como também desencadeando a falta de estimulação para frequentar, afetando assim a sua permanência na escola.

Não somente fatores estruturais que afetam e causam impactos quando se trata de implantar a educação inclusiva, fatores como a formação profissional de professores também é um ponto de suma relevância para citar. Muitos dos profissionais não estão preparados para lidar com a diversidade e pluralidade de estudantes que se encaixam no quesito educação inclusiva. A exemplo disso é o auxílio a alunos autistas ou com Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade - TDAH.

Muitos profissionais não estão preparados para lidar com tais dificuldades, é preciso que o professor tenha uma boa formação para que consiga inserir esses alunos de forma que eles se sintam pertencentes àquele meio. Não somente isso, como também que nas escolas haja profissionais que possam acompanhar de forma mais efetiva o desenvolvimento desses estudantes e consigam ver a suas necessidades.

O intuito de tratar esse tema é justamente a preocupação por inúmeras situações que acontecem de exclusão nas escolas, nesse caso, é necessário buscar sensibilizar educadores, garantir uma aprendizagem de qualidade e inclusiva para a formação de todos, e trabalhar a

convivência com a diferença para assim superar os obstáculos refletindo sobre esse dever que é garantir a educação de todos no ensino regular e acolher a ideia que é possível essa inclusão.

O objetivo deste trabalho é examinar a educação inclusiva como um direito social fundamental que deve ser protegido da mesma forma que os demais, demonstrando que, apesar das políticas públicas em expansão nos últimos anos nessa área, ainda não parece ser suficiente, o que requer mais pesquisas, bem como fazendo uma comparação com o que a LDB define e de que forma é defendido em lei, na prática no cenário educacional brasileiro.

Metodologicamente, o presente trabalho é caracterizado como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório estimulando a pensarem de forma livre sobre o tema e adquirir soluções, como suporte teórico utilizou-se os autores Ferreira (2003), Glat (2003), Pletsch (2009), Barbosa (2018) e Beyer (2003).

Para além das pesquisas por meio de artigos científicos, buscou-se por documentários e vídeos que tratam acerca desse assunto, para melhor compreensão e ampliação de possíveis caminhos para solucionar esse déficit educacional.

Em suma, o trabalho está dividido em quatro seções, a saber, introdução, fundamentação teórica, resultados e discussões e considerações finais. Onde destrinchou-se a respeito da problemática que ainda é persistente ao que se refere a educação inclusiva no país, bem como fazer um comparativo com o que se é defendido em lei.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A questão da inclusão de alunos portadores de alguma deficiência no sistema educacional, tem sido assunto de grandes pautas discutidas no âmbito educacional. Visto que, no Brasil essa problemática ainda se faz presente desde tempos remotos embora que haja lei que defenda essa prática que antes não era tratada com tanta seriedade:

Este tema, que por tanto tempo, salvo algumas experiências isoladas, ficou restrito ao debate em congressos e textos da literatura especializada, hoje torna-se proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal (SILVA FILHO; MOOURA, 2012, p. 2).

Um grande agravante para que ainda o cenário educacional esteja enfrentando essa problemática, tem muito o que ver com as questões da formação dos professores, muitos desses profissionais não têm uma formação completa e suficiente para atender aos alunos, isso porque antes a segregação de estudantes com deficiência era bastante recorrente. Só a pouco tempo é que essa prática foi sendo desmistificada, não abolida, é que pensasse em fazer a integração

desses estudantes. Mas, como pensar em integrar e incluir se os professores que têm um papel excepcional nessa caminhada, não se encontram preparados para lidar com uma nova forma de organização educacional. É pensando nisso que Pletsch (2009) enfatiza que:

[...] o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdo, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar (PLETSCH, 2009, p. 4).

Além de pensar em uma capacitação para esses profissionais, que serão uma porta de entrada para o processo de inclusão desses alunos, é importante estimular os passos necessários que esses profissionais responsáveis precisam trilhar para lograr na mudança e adaptação da nova forma de ensino para todos, sem voltar às práticas segregativas e exclusivas.

Outrossim, como já pontuado nesse trabalho, a educação inclusiva no Brasil enfrenta grandes desafios devido a diversos fatores, de distintas ordens. Além da baixa proficiência formativa dos professores, existem também questões voltadas para a escola de forma mais geral. Assim como Beyer (2003), afirma:

Mas não são apenas as/os professoras/es que se percebem, de certa forma, impotentes. Também a escola como um todo (equipe pedagógica, recursos materiais, funcionários/as de apoio etc.) vê-se como tal. Um dos questionamentos que se escuta com frequência é o seguinte: se já é difícil atender a heterogeneidade do alunado “tradicional” com tantos casos de alunos em condições precárias de aprendizagem, ameaçados, potencialmente, de fracasso e exclusão escolar, como a escola poderá dar conta da demanda extra do atendimento dos alunos com deficiência? Tal interrogação é um sinal evidente do despreparo das escolas para converterem o projeto da educação inclusiva em um ato operacionalizável (BEYER, 2003, p. 1).

Observar questões e pontuações como essas, possibilita enxergar a dimensão da dificuldade de implantar a educação inclusiva. Isto porque, além de dificuldades com a estrutura organizacional, a infraestrutura e formação profissional, tem-se ainda problemas e dificuldades antigas enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro. Assim como cirurgicamente questionado por Beyer (2003), se desde antes de se pensar no ato de integrar e incluir alunos com deficiência, o ambiente escolar já sofre com déficit até mesmo para atender os alunos, como pontuado na citação, “tradicional”, como seria possível sanar os novos desafios que advém da implantação da inclusão sem pensar em solucionar antigas problemáticas.

Nesse contexto, é importante destacar que, além dessas inúmeras causas para a falta da efetivação da inclusão, é válido também observar o desafio e estranheza por parte dos alunos e até mesmo da família com esse novo sistema e ação.

Atualmente, sob a perspectiva da Educação Inclusiva, o Brasil tem como imperativo ético, normativo e intelectual ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, especialmente daqueles grupos sociais

historicamente excluídos da escola, como as pessoas com deficiência, através de uma abordagem humanística e democrática, que perceba o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (BARBOSA, 2018, p. 19).

A partir de leis e busca por melhorias nessa questão é que percebe-se que as mudanças esperadas estão sendo alcançadas, ainda que devagar.

3. COMPARATIVO COM O QUE SE É DEFENDIDO NA LDB E COMO É TRATADO NA PRÁTICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 assegura, a inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais. Porém, na prática esta realidade está um tanto distante de ser vivenciada. As redes de ensino, talvez por impotência, ou por diversos fatores, ainda se encontram um pouco inapta a pôr em cumprimento essa ação. Assim como ocorre com as propostas empregadas na teoria e não vivenciadas na prática com algumas problemáticas no meio educacional, com a educação inclusiva não seria diferente. Porém esse assunto está sendo mais vivenciado têm-se buscado por soluções, como pontua Ferreira (2003):

Em relação ao aspecto curricular, a modificação de paradigma exigida pela proposta de inclusão, na visão dos participantes, não se refere apenas às adaptações feitas para acomodar os alunos com deficiências ou demais necessidades especiais, mas implica, sim, em uma nova forma de concepção curricular, que tem que dar conta da diversidade do alunado da escola. Independente da composição da turma, o professor deve ser capaz de preparar e coordenar as atividades de sala de aula, imprimindo às mesmas uma dinâmica mais compatível com a realidade social, e menos enfadonha para os alunos. Nesta nova perspectiva curricular, que, como já mencionado, ainda não faz parte da realidade cotidiana de nossas escolas, a ênfase e a responsabilidade pela aprendizagem é deslocada do aluno e dirigida para os procedimentos de ensino (FERREIRA, 2003, p.30).

Embora a LDB proponha uma educação para todos e sem exclusão, a realidade posta em prática, por muitas das vezes, não segue o que é proposto. Para que haja uma efetivação, é preciso pensar não somente na inclusão através de materiais disponíveis que ponham em ação essa integração, mas além de tudo pensar numa mudança completa de atitude e planejamento, tanto por parte dos professores, quanto por parte da escola no todo, e da comunidade.

A relação da escola com a comunidade é outro ponto importante para que as leis sejam efetivadas, e que a inclusão aconteça de forma mais eficaz. A presença da família é um ponto de extrema importância, posto que, é possível observar na prática que ainda há esse distanciamento da família com a escola, o que, de certa forma, acaba travando ainda mais o processo de inclusão.

4. A PROBLEMÁTICA DA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em relação aos resultados obtidos nesta pesquisa, destaca-se vários pontos que estão relacionados com a problemática da não efetivação da educação inclusiva. Assim, como abordaram Glat (2003) e Beyer (2003), a baixa formação dos professores, bem como, a presença de impotência das escolas, são umas das principais causas que estagnam a ação e prática dessa modalidade de educação.

A partir desses dados exposto, vale salientar também que embora a LDB tenha trazido essa temática de forma mais presente e que tenha deixado mais evidências para uma melhor discussão e tomada de medida com intuito de mudar o cenário educacional deste país, todavia, a muito degraus para serem alcançados até atingir a integração de forma eficaz e completa.

Para se pensar numa melhoria e implantação de uma educação que seja para todos e de todos, muitos aspectos devem ser levados em consideração, a começar pela observação de problemas antigos que ainda se encontram enraizados no sistema educacional, e que sem a resolução/melhoria deles, é quase que impossível pensar na inclusão de forma tranquila e com poucos obstáculos. É imprescindível que haja um olhar mais acurado por parte dos órgãos governamentais, como também por parte da gestão escolar de cada instituição, de modo a pensar quais formas de planejamento seriam possíveis de executar de acordo com a necessidade de cada ambiente para melhor atender aqueles que esperam ser incluídos e se sentir parte do meio em que estão expostos.

A participação efetiva da comunidade em conjunto com a escola parece ser um ótimo primeiro passo para buscar a mudança que tanto se espera. Ao analisar o objeto de estudo através das pesquisas feitas, e observação através da ótica de alguns autores, fazendo um comparativo com o que assegura a lei 9394/96 da LDB, foi possível ter uma ideia mais palpável de como a educação inclusiva se encontra atualmente no Brasil. O que evidenciou que, assim como outras questões educacionais o processo de integração de alunos com deficiência precisa de muitos passos para chegar a uma implantação concisa e coerente com a situação e necessidade de cada instituição.

Desse modo, e dado o exposto apresentado até aqui, constata-se que de forma mais geral, ficou nítido que no âmbito educacional ainda há uma certa insegurança perante o projeto que visa a educação inclusiva, porém espera-se que esse cenário seja modificado em prol da melhoria da educação deste país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência dessa problemática atualmente no cenário educacional é necessária para prosseguir com investigações dentro desta temática. Posto que, embora haja lei que assegure uma educação para todos, ainda há em diversos estados do Brasil escolas que não tem um suporte e infraestrutura para alunos com deficiência, e que embora algumas ainda tenham, embora que pouca, muitas não colocam em prática, visto que não é somente a questão estrutural e física que afeta a implantação de uma educação cem por cento inclusiva, aspectos internos do corpo docente e responsável pelas escolas, e distribuição de verbas por partes dos meios governamentais também afetam.

A inclusão escolar não é um processo rápido e automático, trata-se de um processo lento e gradativo que requer investimentos em materiais de cunho didático pedagógico, disponibilização de espaços adequados, incentivo e promoção de formação para professores em efetivo exercício da prática docente na educação especial.

Outrossim, evidenciou-se ao longo da pesquisa que o ocasiona a estagnação da prática de uma educação inclusiva, em grande parte, tem a ver com questões ainda históricas em relação a segregação do ensino de alunos portadores de alguma deficiência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, D. S. **Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional**. Revista actualidades investigativas en educación, v. 18, n. 2, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/aie/issue/view/2634> Acesso de 12 de jan. 2023.

BEYER, H. O. **A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. Revista Educação Especial, v. 1, n. 1, p. 33-44, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5003> Acesso em 07 de fev. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96.1996.

FERREIRA, J. R. **1.1. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. 2003. Disponível em <https://www.unijales.edu.br/library/downebook/id:877> Acesso em 12 de jan. 2023.

GLAT, R.; DE LIMA NOGUEIRA, M. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Comunicações, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/download/1647/1055> Acesso em 12 de jan. 2023.

PEDAGÓGICO, I. **Educação especial na LDB**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hI3VJl57A_Y Acesso em: 10 jun., 2022.

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educar em revista, p. 143-156, 2009. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5233> Acesso em 07 de fev. 2023.

SILVA FILHO, J. A.; MOURA, M. L.. Educação especial: uma análise do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular. Artigo Anais **IV FIPED Fórum Internacional de Pedagogia**, 2012. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/8c8a58fa97c205ff222de3685497742c.pdf> Acesso em 22 de dez. 2022.